
PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

GRADUAÇÃO - DIREITO

EDITAL Nº 128/2023

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, torna pública a abertura de processo seletivo para contratação de estagiários de Graduação em Direito para atuarem junto à Defensoria Pública do Estado na Comarca de Curitiba – Infância e Juventude do Fórum Central.

Dos requisitos

- 1.1 - Ser estudante de Direito a partir do 4º período com matrícula ativa em instituição de ensino superior.
- 1.2 - O candidato deverá pertencer a uma das instituições de ensino conveniadas com o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE/PR.

Das vagas a serem preenchidas

- 2.1 - Os candidatos serão selecionados e classificados para ocupar 01 vaga e cadastro de reserva para futura contratação junto à Defensoria Pública do Estado do Paraná, na sede do Infância e Juventude do Fórum Central.
- 2.2 - Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas no estado para estudantes com deficiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas no estágio.
- 2.3 - Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas no estado para estudantes afrodescendentes, assim considerados segundo declaração expressa de autoidentificação.
- 2.4 - No caso de não haver candidato para as vagas reservadas dos parágrafos anteriores, a vaga poderá ser preenchida por qualquer candidato.

Validade do Processo seletivo

3.1- O processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano.

Da carga horária

4.1 - O estágio terá duração de 5 (cinco) horas diárias, a serem cumpridas das 13h às 18h, devendo ser respeitado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as jornadas de estágio e de estudo ou vice-versa.

Da bolsa de estágio

5.1 - O estagiário (a) aprovado (a) receberá bolsa-auxílio no valor de R\$750,00 mensais, mais o auxílio-transporte de R\$ 198,00 mensais.

Das inscrições

6.1 - O ato de inscrição será realizado através do e-mail do setor, infancia@defensoria.pr.def.br, pelo envio do currículo para o e-mail do setor, infancia@defensoria.pr.def.br, o qual deve ser acompanhado de carta de apresentação, se achar necessário, a ser redigida pelo/a candidato/a.

6.2 - A inscrição e o recebimento dos currículos ocorrerão no período entre 12/04/2023 a 28/04/2023.

6.3 - Somente participarão do processo seletivo os candidatos que enviarem seus currículos até o prazo supracitado.

6.4 - O (A) candidato (a) que possuir dúvidas em relação ao processo seletivo poderá enviar e-mail para infancia@defensoria.pr.def.br.

Do processo seletivo

7.1 – O processo seletivo consistirá em duas etapas, sendo a primeira a análise dos currículos e segunda uma prova dissertativa.

Da análise de currículo

8.1 - Os currículos serão analisados pela equipe da Defensoria Pública, que selecionará até 20 (vinte) candidatos (as) aptos (as) a participarem da próxima fase.

8.2 - Dos currículos encaminhados serão selecionados 20 (vinte) candidatos, observado o disposto nos itens 2.2 e 2.3, os quais serão classificados segundo a experiência e conhecimento dos candidatos.

8.3 São atividades que contribuem para o incremento da nota do currículo, dentre outras:

- ter estagiado anteriormente em área jurídica;
- ter experiência profissional prévia, incluindo estágio;
- ter participado de projeto de pesquisa ou extensão na área jurídica;
- ter formação, ainda que não concluída, em outra área do conhecimento que não o Direito;
- ter sido aprovado em outro projeto seletivo de estágio em órgão público.

8.4 - Os candidatos não classificados até a 20ª posição ficam eliminados do processo seletivo.

Da prova dissertativa

9.1 - A prova dissertativa, eliminatória e classificatória, conterà uma questão dissertativa do Programa de Estatuto da Criança e do Adolescente. A questão dissertativa valerá 10,0 (cinco) pontos.

9.2 - Serão considerados eliminados os candidatos que obtiverem a nota mínima inferior a 5,0 (cinco) pontos.

9.3 – A prova será encaminhada por e-mail na data de **03/05/2023**, às **11h00min** e deverá ser devolvida pelo candidato até dia **04/05/2023 às 23h59min**.

Da nota final

10.1 - A nota final será composta pelo resultado dos pontos obtidos na prova dissertativa.

Dos resultados

11.1 - Os resultados de cada avaliação e o resultado final serão publicados nos sites da

Defensoria <http://www.defensoriapublica.pr.def.br>, e do CIEE/PR (www.cieepr.org.br).

11.2 - Os casos omissos serão resolvidos pelo supervisor da vaga.

11.3 - Cabendo recurso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, protocolado por meio do e-mail utilizado para inscrição (infancia@defensoria.pr.def.br) a ser decidido pelo Presidente da comissão de processo seletivo nesse prazo.

11.4 - Em caso de empate na classificação, será considerado mais bem classificado o candidato que estiver mais distante da conclusão da graduação e, persistindo o empate, o mais idoso.

11.5 - O resultado final será divulgado no site da Defensoria Pública do Estado.

11.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Defensoria Pública-Geral.

Curitiba, 05 de abril de 2023.

Leonardo Alvite Canella

Defensor Público Coordenador da Infância e Juventude de Curitiba

ANEXO I (conteúdo programático)

Direito Constitucional: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º a 4º da CF); Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Remédios Constitucionais (Arts. 5º e 6º); Controle de Constitucionalidade (controles difuso e concentrado da constitucionalidade).

-Direito Civil: Das Pessoas (Arts. 1º ao 21 do CC); Do Direito de Família: Das Relações de Parentesco (arts. 1.591 a 1.638 do CC); Do casamento heteroafetivo e homoafetivo: habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Invalidez do casamento, separação e divórcio; Relações de parentesco. Paternidade e maternidade. Ações judiciais. Filiação. Princípios relativos à filiação. Espécies de filiação; Proteção da pessoa dos filhos. Convivência familiar. Poder familiar. Guarda. Direito de visitas. Alienação Parental; União estável. Aspectos constitucionais. Características, direitos, deveres e efeitos patrimoniais. Regime de bens; Alimentos. Princípios informativos do direito alimentar. Conceito, Natureza, e Classificação dos alimentos. Características da obrigação alimentar. Origens e sujeitos das obrigações alimentares. Alimentos Gravídicos.

-Direito Processual Civil: Da Competência Territorial; Do Procedimento comum ordinário: petição inicial, antecipação de tutela, respostas do réu, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, sentença e coisa julgada; Dos Recursos; Da execução de Prestação Alimentícia; Lei n.º 5.478/68; Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma).

-Direito Penal: Parte Geral do Código Penal (arts. 1º ao 120 do CP); Parte Especial (arts. 121 e 155 a 159); Legislação Penal Extravagante (Lei nº 11.340/06 -art. 28 e 33 e parágrafos);

-Direito Processual Penal: Do Inquérito Policial (art. 4º ao 23 do CPP); Da ação Penal (arts. 24 ao art. 62 do CPP); Da Prova (arts. 155 ao 157); Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória (arts. 282 ao 350); Das nulidades (arts. 563 a 573 do CPP);

-Direito da Criança e do Adolescente: Parte Geral do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8069/90 (arts. 1º ao 6º); Dos Direitos Fundamentais (arts. 7º ao 69); Das Medidas de Proteção (arts. 98 ao 102); Da Prática de Ato Infracional (arts. 103 ao 128).

-Princípios Institucionais: Defensoria Pública na Constituição Federal (art. 134 da CF); Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar n.º 80/94, arts. 1º ao 4º-A, arts.

127 a 128); Lei n.º 1.060/50; Deliberação n.º 01/2014 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Dos direitos do Estagiário -art. 13; Dos deveres do Estagiário - art. 14; Das Proibições -art. 15)

ANEXO II
A U T O D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, carteira de identidade (RG) n. _____, inscrito (a) no CPF sob on. _____, estudante do curso graduação em Direito, matriculado na Instituição de Ensino _____, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO NA SEDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – FORO CENTRAL**, conforme estabelecido no Edital de Abertura nº 13/2022, declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, nos termos da Lei Estadual nº 14.274/2003, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a)

pardo(a)

(*OBS: O quesito cor ou raça será avaliado de acordo com os termos utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Declaro, ainda, estar ciente do disposto no inciso II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 14.274/2003, especificamente quanto à possibilidade legal do desligamento antecipado do estágio na hipótese de ser constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração¹.

Por fim, a título de informação complementar ao já declarado, aviso ao CIEE/PR que:

participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou

matriculado.

não participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

CURITIBA, _____ de _____ de 2023.

Assinatura

¹ Art. 5º Detectada a falsidade na declaração a que se refere o artigo anterior, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei, sujeitando-se, ainda:

(...)

II - Se candidato, à anulação da inscrição no concurso público e de todos os atos daí decorrentes. Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, ser-lhe-á assegurada ampla defesa.